



I REUNIÃO INTERMINISTERIAL DA GOVERNAÇÃO ELETRÓNICA DA CPLP

28 DE OUTUBRO DE 2020

INTERVENÇÃO DE S.E. O MINISTRO DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR LESTE, DR. FIDELIS MANUEL LEITE MAGALHÃES

Sr. Vice-Primeiro Ministro e Ministro das Finanças de Cabo Verde, Presidente desta I Reunião Interministerial da Governação Eletrónica da CPLP, Excelência,

Caros Colegas Ministros e representantes de Angola, Brasil, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Moçambique, Portugal e S. Tomé e Príncipe, Excelências,

Distintos Representantes do Secretariado Executivo da CPLP,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

É com muita honra e crença nas virtualidades da coperação no seio da nossa Comunidade, também em matéria de Governação Eletrónica, que participo nesta Iª Reunião Interministerial, em representação do Governo da República Democrática de Timor Leste.

Começo, assim, por cumprimentar vivamente todos os colegas e participantes e felicitar o país que assegura a presidência *pro tempore* bem como o secretariado da CPLP pelos esforços consentidos para assegurar a realização desta Reunião, não obstante os momentos difíceis por que todos os nossos países atravessam, com a pandemia do COVID-19! A crise sanitária bem como a económica e social dela decorrente, atinge-nos a todos!

Permitam-me, por isso, que envie também um pensamento de solidariedade para todos os que estão a lidar com este flagelo e em especial para os cidadãos da CPLP direta ou indiretamente afetadas por essas múltiplas crises! A nossa solidariedade vai também para as instituições dos nossos vários países que, mesmo agora em que estamos reunidos, têm de tomar decisões políticas difíceis em meio de muitos elementos de informação desconhecidos ou altamente voláteis.





VIII GOVERNO CONSTITUCIONAL

Timor-Leste tem, felizmente, enfrentado a crise sanitária com algum êxito graças a medidas estritas tomadas desde o início e tirando partido da sua condição insular e muita colaboração da população! Priorizamos a prevenção e a proteção da saúde e a proteção social das nossas gentes mas naturalmente estamos, por isso, a ressentir os efeitos negativos das medidas de confinamento e de sucessivos estados de emergência, nos rendimentos das famílias, das empresas e na economia nacional em geral. Para fazer face a esses desafios, o VIII Governo Constitucional acabou de adotar um Plano de Recuperação Económica com o intuito de proteger de forma mais estruturada as pessoas, as famílias e as empresas e lançar as bases de uma recuperação económica que conduza a uma retoma do crescimento e à criação sustentada de emprego, em especial para os jovens.

Estamos cientes, entretanto, das enormes dificuldades e desafios que temos pela frente enquanto permanecerem as restrições de movimentos de pessoas e bens decorrentes das exigências de prevenção ou mitigação!

Nesse contexto geral, mais do que nunca, torna-se importante reforçar e consolidar os laços que nos unem no seio desta Comunidade. Torna-se necessário, através da troca de experiências e da cooperação, aprender uns com os outros e reforçar as nossas capacidades de enfrentar em conjunto e individualmente os novos desafios e incertezas do mundo atualmente.

E como nem tudo são más notícias, é reconfortante saber que podemos continuar a falar e a estabelecer linhas de cooperação entre nós através destas plataformas tecnológicas. Isso quer dizer que as enormes distâncias geográficas entre nós podem ser rapidamente superadas! **Afinal podemos estar em contacto uns com os outros apenas à distância de um clique!**

Caros Colegas,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

E é precisamente em torno das novas tecnologias informacionais e de como elas podem ser cada vez mais e melhor postas ao serviço da governação (em especial da boa governação) dos nossos países e em particular de soluções que ajudem no combate à pandemia do COVID-19, que nos reunimos hoje!

Como sabem, o nosso país, saindo de um longo período de conflitos e destruição na luta pelo resgate da sua Independência, só a partir 2002 iniciou um trabalho de fundo e de base de





VIII GOVERNO CONSTITUCIONAL

construção do Estado e das suas diferentes instituições. Tem sido bem sucedido se atendermos ao ponto de partida mas tem hoje, num quadro de maior estabilidade política, a ambição de fazer mais e melhor em matéria da consolidação dos ganhos institucionais alcançados.

Assim, Timor Leste está hoje decidido a percorrer esses caminhos da construção da governação eletrónica no quadro mais amplo de uma nova vaga de reformas da Administração pública, tendo em vista a sua modernização, a desburocratização e transparência e, conseqüentemente, a melhoria da prestação de serviços aos cidadãos e empresas!

Além da aprovação de uma política em matéria de tecnologias de informação e comunicação em 2017 também nesse ano foi criada a Agência de Tecnologias de Informação e Comunicação–TIC TIMOR I.P., com a missão de implementar essa política, gerir a rede informática do Governo e de outras entidades públicas, incluindo a gestão da infraestrutura de tecnologias de informação e comunicação e prestar apoio no domínio das tecnologias de informação e de comunicação e dos sistemas de informação. A TIC deve ainda garantir o desenvolvimento e a manutenção do Governo eletrónico.

De 2017 a esta parte, como foi informado nas reuniões técnicas, a TIC tem-se preparado para desempenhar essas atribuições tendo já colaborado com o departamento competente no desenvolvimento das infraestruturas tecnológicas para a cobertura do país com fibra ótica terrestre concluída em 2019. Paralelamente e por forma a melhorar as condições técnicas das comunicações e da internet no nosso país está o Governo a desenvolver intensos esforços para a ligação do país a um cabo submarino.

Além disso, desde 2018, o novo Governo Constitucional incluiu como uma das prioridades no seu Programa, o desenvolvimento da governação eletrónica no âmbito, como dissemos, de um processo de reforma administrativa. A reforma administrativa está hoje integrada nas atribuições da Presidência do Conselho de Ministros, sob a minha direta responsabilidade, enquanto Ministro da Presidência do Conselho de Ministros.

Nesse quadro, preparamos e fizemos já aprovar o Programa de Reforma da Administração Pública 2019-2023 (PRAP) a ser implementado pelos diferentes departamentos governamentais e Agências e nele integramos o projeto de Governação Eletrónica a ser desenvolvido em articulação com a TIC TIMOR!

Como resultado dessa articulação entre a PCM, a TIC TIMOR e ainda o Ministério da Justiça, iniciamos o ano transato e estamos em vias de concluir a preparação da estratégia para a





VIII GOVERNO CONSTITUCIONAL

implementação do Identificador Único, condição *sine qua non* para o desenvolvimento da governação eletrónica no nosso país. Concomitantemente, estamos a concluir igualmente a preparação dos instrumentos legislativos indispensáveis para a necessária proteção de dados e salvaguarda da privacidade, transações comerciais eletrónica e combate à cybercriminalidade!

Também no quadro do PRAP e fruto de uma coordenação com a área governamental encarregue da coordenação dos assuntos económicos, vimos procedendo à reforma e reengenharia de processos do atual sistema de licenciamento de atividades económicas, visando a simplificação e a informatização dos procedimentos da Agência que funciona como *one stop shop* para o registo comercial e o licenciamento de negócios – o SERVE. Pretendemos melhorar o nosso indicador do *Doing Business* relativo ao Início de Negócios, no âmbito de esforços mais amplos para a melhoria do ambiente de negócios no nosso país!

Estamos conscientes de que como afirma o PRAP “o potencial da tecnologia de comunicação e informação (TIC) dentro da Administração Pública é amplamente não realizado”. Timor-Leste ocupa o 142º lugar entre 193 países no Inquérito do Governo Eletrónico de 2018 da ONU. Temos a ambição de melhorar substancialmente tal posição, tomando as opções certas e aproveitando dos avanços e oportunidades hoje existentes na área das TICs e, nomeadamente, garantindo a interoperabilidade digital tendo em vista uma maior eficácia e eficiência da governança pública.

Também no quadro da resposta aos desafios da Pandemia do COVID/19 pôde a TIC TIMOR, em colaboração com as operadoras de telecomunicação privadas e parceiros internacionais, desenvolver soluções para levar a informação rapidamente às populações e apoiar o Gabinete de Crise criado no quadro dos estados de emergências declarados. Ficou também muito mais evidente a necessidade de se desenvolver o sistema de identificador único dos cidadãos e meios eletrónicos de comunicação em geral.

Como vêm estamos ainda a dar os primeiros passos, mas a fazê-lo de forma decidida e persistente. Nesta fase, gostaríamos de poder contar com a experiência dos que de entre de nós já estão mais avançados e aprender com os vossos sucessos mas também com o que provou ser menos conseguido no desenvolvimento dos vossos modelos de governação eletrónica!

É-me grato saudar, a propósito, a troca de experiências online que já pudemos fazer com Cabo Verde no quadro do desenvolvimento do projeto de Identificador Único!





PRESIDÊNCIA DO
CONSELHO
DE MINISTROS



Gabinete
do Ministro

VIII GOVERNO CONSTITUCIONAL

Saúdo igualmente, nessa linha, o projeto de Edição do Livro sobre a Experiência de Governança Digital na CPLP e velarei para que Timor Leste submeta a sua participação nessa Edição!

Caros colegas

Minhas senhoras e meus senhores,

A concluir, comunico o nosso apoio ao desenvolvimento da cooperação em matéria da Governança eletrónica nos termos já debatidos e agora propostos pelos pontos focais técnicos reunidos nesta plataforma nos dois dias que antecederam esta I Reunião Interministerial. Reitero igualmente o vivo interesse de Timor Leste de participar nos projetos aqui definidos nos termos da Declaração Conjunta que viemos a aprovar.

Estou convicto de que a governança eletrónica e, em geral a sociedade de informação, são as melhores vias para reforçarmos, nos nossos tempos, a governança democrática, a eficácia dos serviços públicos e garantirmos de forma mais acelerada, transparente, digital e participada os resultados de desenvolvimento e bem estar dos nossos povos que almejamos!

Em conjunto podemos ir mais rápido e mais longe!

Díli, aos 28 de Outubro de 2020

Fidelis Manuel Leite Magalhães
Ministro da Presidência do Conselho de Ministros



Palácio do Governo,
Avenida Presidente Nicolau Lobato,
Díli, Timor-Leste